



Plano Cruzado estimula déficit

“O déficit público é muito expressivo e só pode ser reduzido se forem tomadas medidas que basicamente reformulem o assim chamado Plano Cruzado”, na opinião de Carlos Longo, professor de Administração e Economia da USP.

Para ele, não há como reduzir o déficit sem elevação de tarifas, que representam quase dois terços do segmento público como um todo, porque os impostos, pagos basicamente pela classe média, já estão elevadíssimos.

Em sua exposição no seminário, Carlos Longo procurou primeiro dimensionar os diferentes segmentos de que se compõe, hoje, o Estado: o setor público tradicional, representado pelo Orçamento Geral da União; o empresarial, representado pelo orçamento da Sest; e o financeiro, representado pelo balanço das autoridades monetárias.

Ele ressaltou que não existe mais um déficit público como na primeira fase da administração Sarney, substituído agora por outro conceito, ficando difícil saber qual a pressão do segmento público sobre a economia como um todo e, mais especialmente, sobre o setor privado.

Depois de frisar que houve uma queda nos investimentos, e uma diminuição brutal na poupança pública, Carlos Longo explicou que isso pode indicar alguma coisa sobre a política de ajustamento que se pode esperar: cortes de gastos e elevação de receitas, via tarifas.

Para ele, do ponto de vista tributário, um incentivo para a mobilização de poupança seria uma reforma tributária significativa, e não somente pacotes e medidas emergenciais como as adotadas nos últimos anos: seria tornar os impostos mais abrangentes, incluindo em sua base todos os produtos, e ainda todas as fontes de renda, com a tributação inclusive dos ganhos de capital — o que envolve uma discussão polêmica do que fazer com o mercado financeiro, identificação de negócios e operações nesse mercado.

Esse tema, entretanto, para Carlos Longo, está sendo adiado, como tantos outros, até a Constituinte, e lá é que vamos saber o que vai acontecer, embora já se espere um novo pacote para 16 de novembro, provavelmente com um novo empréstimo compulsório, reforma no Imposto de Renda, e alguma desvalorização cambial assistemática, o que seriam novas medidas paliativas.

O Governo precisaria então, para Carlos Longo, ter a coragem de adotar medidas antipopulares porque, infelizmente, só se ele vier a público para dizer quais são as suas metas e quais são os seus indicadores é que o segmento empresarial, em particular, poderia se pautar sobre aquilo que está sendo feito.